

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DO BRASIL Class.: 284
Data 06/11/78 Pg.: _____

Funai rejeita acusação de corrupção a funcionários

Brasília — As denúncias de corrupção feitas pelo cacique Xavante Mário Juruna foram rejeitadas ontem pela Funai em nota oficial, que reafirma confiança no seu procurador jurídico, Getúlio Barreto, e na coordenadora do Departamento de Patrimônio Indígena, Laia Mattar Rodrigues, acusados de receber no valor de 30% das terras do Sr Arne Suksdorff no Parque do Xingu para liberá-las.

A certidão negativa de Arne Suksdorff — que teria sido obtida mediante suborno dos funcionários da Funai — foi expedida, entretanto, em 1970, antes que o decreto 68.909, de 1971, ampliasse o limite Sul do Parque do Xingu, incluindo as terras em questão. A certidão foi concedida a Karl Soen Bertil Carlen e outros, que transferiram as terras para Arne Suksdorff.

Acusações

O envolvimento dos funcionários da Funai, segundo o ex-secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — padre Antônio Iasi, teria se baseado em declarações de um advogado paulista, Armando Concelção, a Arne Suksdorff, ao lhe propor defender uma ação de indenização contra o Estado de Mato Grosso sobre as terras agora incluídas no Parque do Xingu.

Proibido de entrar em áreas indígenas desde 1975, o padre Iasi foi à Funai, no ano passado, informar à Sra Laia Mattar Rodrigues sobre os boatos que corriam em Cuiabá. Revelou que o advogado Armando Concelção, também proprietário de terras no Parque do Xingu, pretendia mover uma ação de indenização contra o Governo de Mato Grosso e tentou contatos com vários proprietários de terras. Um deles, Arne Suksdorff, estranhou o preço pedido pelo advogado e recebeu a justificativa de que, para liberar as terras, teria que "comprar os funcionários. Laia Getúlio e Quirino (também do Departamento de Patrimônio Indígena).

A afirmação do advogado teria sido gravada por Arne Suksdorff e gerado a acusação atual. Informados pelo padre Iasi, os funcionários citados recorreram ao presidente da Funai, solicitando apuração dos fatos, e foi aberto inquérito na Polícia Federal, que nada constatou ainda contra os acusados. Fontes da Funai acreditam que o objetivo real das denúncias é criar um clima de desconfiança e motivar a opinião pública sobre o interesse escuso nas terras indígenas, tendo em vista a elaboração do projeto de emancipação indígena.